

AS LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA

Dante Severo Giudice¹
Rosemeri Melo e Souza²

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar as lógicas territoriais na Chapada Diamantina e sua inter-relação com a geodiversidade.

A Chapada Diamantina seria aos olhos do poder econômico, um local considerado instrumental para sua existência produtiva, um ‘espaço luminoso’ segundo Milton Santos, e seria esse poder econômico que vem a desempenhar papel fundamental na lógica de funcionamento e apropriação do território.

Assim sendo, levando em consideração que existia uma população estabelecida na região, ainda que de forma dispersa, isso evidencia, no nosso ponto de vista, a existência de uma primeira fase de territorialização, causada pelo estabelecimento da atividade pecuária. No rastro da pecuária houve um aumento do povoamento e logicamente maior circulação de pessoas, o que levou a descoberta do diamante, por volta da segunda metade do século XIX. Este fato causou uma grande corrida para a região e gerou o ciclo da mineração que perdurou até início do século XX, dando origem as primeiras povoações, embriões das chamadas cidades da mineração. Esta se caracteriza como a segunda fase de territorialização. O fim do ciclo da mineração levou a região a um período de decadência e estagnação que perdurou até a década de 1980, quando se iniciou o investimento em turismo, baseado na referida geodiversidade, representada pelas rugosidades deixadas pela mineração, e nos atrativos naturais, muitos deles descobertos pelos garimpeiros, nas trilhas por eles abertas, vindo se caracterizar a terceira fase de territorialização.

Palavras Chaves: Lógicas Territoriais, Mineração, Turismo, Chapada Diamantina.

¹ Doutor em Geografia_Prof. Assist. da UCSAL/BA. E-mail: dasegu@gmail.com

² Doutora em Geografia_Professora Associada do DGE/NPGeo/UFS

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar las lógicas territoriales en Chapada Diamantina y su interrelación con la geodiversidad.

Chapada Diamantina sería a los ojos del poder económico, un lugar considerado apto para proyectos productivos, un “espacio luminoso” según Milton Santos, y sería ese poder económico quien vendría a desempeñar el papel fundamental en la lógica de funcionamiento y apropiación del territorio.

Siendo así, teniendo en consideración que existía una población establecida en la región, aunque de forma dispersa, eso evidencia, desde nuestro punto de vista, la existencia de una primera fase de territorialización, causada por el establecimiento de actividad pecuaria. En el desarrollo de esta actividad hubo un aumento de población y lógicamente mayor circulación de personas, lo que llevó al descubrimiento del diamante alrededor de la segunda mitad del siglo XIX. Este hecho causó un gran desplazamiento hacia la región y generó un ciclo de minería que perduró hasta el siglo XX, dando origen a las primeras poblaciones, embriones de las llamadas ciudades mineras. Esta se caracteriza como la segunda fase de la territorialización. El fin del ciclo de minería llevó a la región a un período de decadencia y estancamiento que perduró hasta la década de 1980, cuando se iniciaron las inversiones en turismo, basado en la referida geodiversidad, representada por los vestigios dejados por la explotación minera y los atractivos naturales, muchos de ellos descubiertos por los “garimpeiros”, en los caminos por ellos abiertos, viniendo a caracterizar la tercera fase de la territorialización.

Palabras claves: Logica Territorial, Minería, Turismo, Chapada Diamantina.

Abstract

The article aims to analyze the territorial logics in the Chapada Diamantina and its interrelation with the geodiversity.

The Chapada Diamantina would be in the eyes of economic power, a place considered instrumental to its productive existence, a 'luminous space' according to Milton, and this economic power that would come to play key role in the logic of operation and ownership of the territory.

Therefore, considering that there was an established population in the region, albeit dispersed, it shows that, in our view, the existence of a first phase of territorialization, caused by the establishment of this herd. In the wake of an increase in livestock population and logically greater movement of people, which led to the discovery of diamond, by the second half of the nineteenth century. This fact caused a great race for the region and generated a cycle of mining that lasted until the early twentieth century, leading the first settlements, calls embryos mining towns. This is characterized as the second phase of territorialization. The end of the cycle of mining, the region led to a period of decadence and stagnation that lasted until the 1980s when it began investing in tourism, based on that geodiversity, represented by the roughness left by mining, and natural attractions, many of them discovered by the prospectors, the trails open for them, coming to characterize the third phase of territorialization.

Keywords: Territorial Logics, Mining, Tourism, Chapada Diamantina.

Introdução

A Chapada Diamantina está situada na parte central do Estado da Bahia (Figura 1), região que foi ocupada primeiramente devido ao ciclo da mineração, e mais recentemente um novo ciclo se estabeleceu com o turismo.

As lógicas territoriais estão relacionadas a pontos de interesse no território, a serem apropriados pelo poder econômico, através do uso destes pontos por empresas que podem ser nacionais ou globais.

A Chapada Diamantina seria aos olhos do poder econômico, um local considerado instrumental para sua existência produtiva, um 'espaço luminoso' segundo Milton Santos, e

seria esse poder econômico que vem a desempenhar papel fundamental na lógica de funcionamento do território.

A Chapada Diamantina sofreu várias intervenções públicas desde a época da colônia no processo de expansão das fronteiras e a apropriação como forma de controle do território era fundamental para a consolidação da ocupação e para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais.

Muitos autores afirmam a existência de aborígenes, e da ocupação pela pecuária que vivia em conflito com a agricultura no litoral, e terminou sendo empurrada para o sertão, entretanto foi mesmo a mineração e o turismo os consolidadores da ocupação.

ouro que era o objetivo dos colonizadores, e já havia sido encontrado pelos espanhóis desde a sua chegada ao continente.

Assim, a colonização da Chapada Diamantina se intensifica com a exploração do ouro e do diamante, o que consideramos constituir uma segunda fase de territorialização.

A territorialidade reflete a interação entre agentes/atores que atuam na transformação das relações entre o homem e o meio, e claro também são transformados.

Segundo Raffestin (1993) a territorialidade é complexa e reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial, pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral.

Na área de estudo, o processo inicial de territorialização criou rizomas que consolidaram a ocupação do território, através da exploração da mineração. Desta forma se criou a estrutura de sustentação que levou ao desenvolvimento da região, expressa de várias maneiras, tais como o florescimento do comércio, que fez com que até um vice-consulado fosse criado em Lençóis, fato contestado por alguns autores. Como nunca foram descobertas a "matriz" (kimberlitos) que continham os diamantes, as pedras existentes nos leitos dos rios começaram a escassear, e com a descoberta de regiões mais promissoras, a mineração declinou, mas nunca cessou totalmente. O Estado e o privado conjuntamente, talvez por interesses internacionais, mantiveram a região num "stand by", havendo uma segmentação do desenvolvimento, do qual veio a se libertar com o surgimento do turismo, baseado também, mas não somente, nas raízes deixadas pela mineração, como muito propriamente Teixeira (1998) relata.

Segundo Haesbaert (2004) as multiplicidades constituem a própria realidade, propondo assim superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma, e afirma que embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são "processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades, 'estas' não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito", ressaltando que seu "modelo de realização", portanto, não é a hierarquia da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma. Ainda segundo Haesbaert, o rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades, e que neles podem existir segmentaridades, chamadas linhas de fuga ou de desterritorialização efetiva,

que permitem ultrapassar segmentos e limiares, rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda não existente.

Por outro lado, agenciamento, na concepção de Guattari e Rolnik (2005), se refere a uma noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma, etc. Já Haesbaert (op. cit.) afirma que o agenciamento é uma multiplicidade que inclui tanto linhas molares quanto moleculares. Por seu lado, Goodchild (1996), diz que agenciamento trata-se de “um conjunto de partes conectadas que tem uma consistência”.

Tendo em vista que o território, por compor um agenciamento e ser desta forma formado por “agenciamentos maquínicos” e “agenciamentos coletivos de enunciação”, como diz Haesbaert, possui intrinsecamente a dinâmica de “des” e “re” territorialização, processos que Deleuze e Guattari (1972) definem, de modo simplificado, como o movimento pelo qual se abandona o território, a opção de linha de fogo, e movimento de construção do território, respectivamente.

Haesbaert (op. cit.) aborda três premissas sobre desterritorialização, estabelecidos por Deleuze e Guattari, denominados de “teoremas”: 1. “Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos, e cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. Importante não confundir a reterritorialidade com o retorno a uma territorialidade primitiva”. 2. “De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais territorializado”. 3. “Pode-se mesmo concluir (...) que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge assim um segundo sistema de reterritorialização, vertical, de baixo para cima (...). Em geral, as desterritorializações relativas (transcodificações) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta”.

Assim, a mineração causou a desterritorialização dos atores envolvidos na expansão e apropriação pela pecuária, causando uma nova territorialização, com a corrente migratória causada por esta atividade. Na verdade, esse fato, demonstra a entrada de novos atores na região, o que causou uma reapropriação do território, com a recriação de novas formas geográfica no espaço da Chapada Diamantina.

A colonização do ouro, que se iniciou quase ao mesmo tempo nos estados de Minas Gerais e Bahia, ao longo da Cordilheira do Sincorá, teve uma importância muito grande na economia mundial. Durante quase todo o século XVII o Brasil foi o maior fornecedor desse

metal, sendo responsável por cerca de 44% do ouro produzido no mundo. Desses, boa parte financiou a Revolução Industrial na Inglaterra, e o fausto de Portugal, que construiu seus maiores monumentos nesse período.

Do ciclo do ouro nasceram, na chapada sul, cidades como Brumado e Rio de Contas, que detinham a condição de mais importantes entrepostos comerciais da região. Esta posição seria arrebatada, por volta de 1845, por Lençóis, considerada a partir de então como a “Rainha das Lavras” no ciclo do diamante, atraindo novas levas de garimpeiros para a região mais oriental da Chapada Diamantina. O diamante passava a ser o novo objetivo ao qual se dedicavam todos os esforços e quando não a própria vida.

A essa nova fronteira confluíam diversos tipos de homens, de sertanejos do Vale do São Francisco (lavradores e boiadeiros), até comerciantes do Recôncavo. Esta mistura heterogênea de origens e interesses, aliados a um crescimento demográfico espantoso, iriam resultar em tensões e conflitos sangrentos.

A região era dominada por coronéis, todos pertencentes às famílias de latifundiários que se apossaram da terra, e a dominavam da forma que lhes aprovinham, impondo suas vontades políticas, nomeando todo escalão administrativo, desde delegados a professores. Neste contexto de dominação, eram respaldados por ‘jagunços, e faziam suas próprias leis, desconhecendo o governo institucional, mandando eliminar desafetos, e dando proteção aos responsáveis, desafiando o estado brasileiro.

O ciclo diamantífero foi intenso e efêmero. Enquanto o do ouro levou mais de um século para se acabar, vinte e cinco anos foi o tempo suficiente para que a decadência se abatesse sobre as cidades que viviam do diamante. A descoberta das minas da África do Sul, em 1865, e a concorrência que fizeram com as já não tão abundantes lavras diamantinas provocaram o ocaso dessa civilização. A valorização do carbonado – variedade de diamante, de qualidade inferior para lapidação, mas de grande utilidade industrial, utilizadas na fabricação de brocas para perfurar rochas, viria a atenuar essa decadência. A Chapada Diamantina passaria a fornecer esse produto que era bastante procurado, no início deste século, durante a construção do Canal do Panamá.

Esgotando-se gradativamente seu poderio econômico, restava ainda a força dos coronéis que disputaram, até 1930, o poder político nos sertões da Bahia. Recrudesciam os conflitos pela posse da terra, pelo prestígio junto aos governos Estadual e Federal, quando a

violência atingiu proporções inéditas na região, criando um poder paralelo de grande expressão, conforme Teixeira (1998).

O abandono e a degradação vieram como parte de um ciclo que se cumpriu, mas abrindo novas perspectivas de renascimento para o futuro, tendo em vista o contexto em que foi encerrado, sem que houvesse a certeza de que os jazimentos estavam exauridos, já que só se explorou os depósitos aluvionares, e muitos garimpeiros, na sua maioria homens velhos, ainda viviam na obsessão, principalmente, do diamante.

Apesar do evidente processo de desterritorialização, os garimpeiros continuavam apegados ao seu sentimento de pertencimento que levaram consigo por longo período até que a nova fase de renascimento com o turismo se estabeleceu o que vem a gerar conflitos.

O turismo e a reterritorialização

O turismo, que se desenvolveu à partir da curiosidade do homem em conhecer novas terras, novas culturas, só conhecidas através da literatura, teve grande impulso quando os meios de comunicação começaram a evoluir, criando facilidades para que esses deslocamentos pudessem ser mais rápidos e mais acessíveis à todos, é segundo Ferreira (2003), viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse, é também o conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo, e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.

O circuito turístico da Chapada difere das demais regiões, pois tem características peculiares, assim com a intenção de descentralizar os pólos, ela foi dividida em cinco circuitos: o do Diamante, do Ouro, da Chapada Norte, da Chapada Sul, e da Chapada velha. Aqui vamos nos ater ao circuito do diamante - Chapada Diamantina – onde em verdade se concentram os investimentos, e onde houve maior distribuição espacial dos equipamentos turísticos.

Assim sendo, a partir das décadas de 1970/1980, na tentativa de incrementá-lo, com o intuito de resgatar a região do processo de letargia que ela mergulhou com o fim do ciclo da mineração que a levou ao apogeu, na primeira metade do século XX, se instala, o que consideramos uma terceira fase de territorialização, baseada na geodiversidade do patrimônio natural, associada as rugosidades, tais como a estrutura urbana, com cidades

com características próprias, mudanças/modificações na paisagem, e sobretudo as novas relações de poder, deixadas pela mineração.

Ao contrário do que se divulga, não foi o impulso do governo estadual o ‘start’ para a utilização do turismo como forma de resgatar a Chapada Diamantina da letargia causada com a queda da mineração, mas uma lei municipal em Lençóis, de 1961, criando um Conselho Municipal de Turismo. A partir daí muitos esforços foram empreendidos, inclusive a luta pelo tombamento de Lençóis como Cidade Monumento Histórico Nacional, que veio a acontecer em 1973. Conforme Brito (2005):

“O título e a condição de Cidade Monumento por si só não garantia a preservação do patrimônio de Lençóis, uma vez que alguns imóveis continuavam sendo demolidos e outros tinham a fachada descaracterizada. Com o tombamento – mesmo diante dos percalços enfrentados – Lençóis chamou a atenção da imprensa passando a ser alvo de reportagens que destacavam o patrimônio arquitetônico da cidade, começavam a dar relevo às suas belezas naturais e também contribuíram para realçar o seu potencial turístico.”

Somente em 1974 surge a primeira ação efetiva e planejada do Governo do Estado para promover o turismo na Chapada Diamantina, através da Empresa de Turismo do Estado da Bahia – Bahiatursa, através do projeto “Identificação do Potencial Turístico do Estado”, o que gerou, segundo Brito (op. cit.), o documento *Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê* que além de analisar as principais atividades econômicas dos referidos municípios também efetua o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações culturais e dos principais casarões destas cidades.

Apesar de se basear também na mineração, esta nova fase apresenta lógicas territoriais peculiares, pois imprime uma nova feição, livre das imposições dos coronéis da época da mineração, mas ainda muito ligada a interesses políticos locais.

Desta forma, a Chapada Diamantina, a partir do fim da década de 1970, passou a viver um tempo de “renovação social e econômica”, muito embora ainda muito aferrada à nostalgia do tempo perdido, devido principalmente ao incentivo público ao turismo.

Por outro lado, o lançamento do Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina voltado de forma significativa para o chamado ‘Circuito do Diamante’, levanta a bandeira do uso eco-turístico como modo único de preservação dos elementos naturais. E assim, mesmo considerando os problemas sociais decorrentes, o documento não deixa margem a dúvida de que a mineração deve morrer para que o turismo floresça. Essa decisão se deveu ao fato da mineração, representada pelo garimpo, nunca se adaptou aos novos padrões ambientais, até porque a fiscalização em toda os níveis, sempre foi falha, o que levou ao embargo de toda a atividade, em 1996, por tempo indeterminado. É nesta década que segundo Brito (op. cit.) as ações governamentais apoiando o tombamento da cidade, implantando a pousada de Lençóis e criando o Parque Nacional, propiciaram as condições para a segunda fase iniciada na primeira metade dos anos 90 com investimentos significativos visando atrair a implantação de empreendimentos privados na região.

A ação governamental efetivamente acontece com a criação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR-BA – que visava buscar recursos junto aos órgãos internacionais para construir a infra-estrutura que deveria atrair o investidor privado.

Assim sendo, o principal agenciador deste incremento turístico foi a princípio o próprio governo do Estado, através de um projeto que construiu vários hotéis em pontos considerados de potencial turístico, dentre eles o primeiro hotel de porte de Lençóis. No rastro deste, outros empreendimentos de pequeno porte se seguiram, e com o incremento do PRODETUR, grupos privados começaram a se instalar na região, principalmente nas cidades de Lençóis, Mucugê, Rio de Contas e Andaraí. Atualmente a cidade de Lençóis, e secundariamente Mucugê, se destacam pela infra-estrutura montada para atender a demanda turística, o que a nosso ver, pode se tornar danosa, tendo em vista a fraca sustentabilidade em que vem sendo montada. Esta estrutura turística é embasada na forte potencialidade da região para o turismo ecológico (ecoturismo) e de aventura, bem como o turismo contemplativo, já que a região possui grande beleza cênica, parte da sua geodiversidade.

Segundo Brito (op. cit.):

“Como forma de enfatizar a vocação ecoturística da região, o discurso presente nos documentos governamentais, utilizando à mesma narrativa

identificada no material de divulgação turística dos lugares, salienta que a Chapada Diamantina é composta por ‘atributos naturais infinitos’ formando ‘um conjunto inesgotável para a contemplação’, onde a ‘natureza, praticamente intocada, é a grande atração’(BAHIA, 1993). Com todos estes incompatíveis atributos, a Chapada Diamantina é ‘um verdadeiro santuário ecológico’, cuja imponência e a beleza das paisagens ‘provocam um encantamento contemplativo em todos aqueles que a visitam’. Depois de ressaltar a quase virgindade do lugar (‘praticamente intocada’) assegura o prazer da viagem quando garante: ‘descobrir a Chapada é travar o mais íntimo contato com a natureza’.

A Preserva da natureza é representada pelas unidades de conservação – territórios protegidos – que são englobados pela lógica de apropriação do turismo, já que são atrativos ecológicos. Fica no ar a questão: Protegidas para que? Preservação dos atrativos ou especulação para o futuro, como reserva de recursos?

Nesse cenário, os recursos naturais são de grande significado, e alguns projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido da sua preservação. Neste contexto, os principais setores interessados são o hoteleiro, o de transporte, e o comércio que têm se organizado no sentido de facilitar o incremento do turismo. Assim, por exemplo, o setor hoteleiro ao se estabelecer, forçou junto aos órgãos públicos, a construção do aeroporto e a criação de linha aérea regular, abrindo também a perspectiva de vôos fretados (charter).

No entanto, Lençóis atrai para ela todas as referências sobre a Chapada Diamantina, ainda que os atrativos estejam em outros municípios. Novos atores foram incorporados, profissionais diversos, que fugindo das cidades grandes vieram se estabelecer na região. Junto com eles vieram pessoas para administrar empreendimentos hoteleiros, agências de viagem, etc. Estes novos atores são territorializados, mas o processo não absolve as populações locais, que no mínimo encontra espaço em trabalhos de importância menor e obviamente mal remunerado, já que não são qualificados, sendo, portanto territorializados mas não inseridos no contexto da lógica de produção do contexto internacional.

Desta forma o turismo vem se tornando a mais promissora das atividades desenvolvidas na Chapada Diamantina, principalmente no município de Lençóis, que

possui a melhor infra-estrutura, mas também em Mucugê, Andaraí e Rio de Contas, todos com razoável infra-estrutura hoteleira e de serviços.

Além da arquitetura colonial dessas duas cidades, e dos extraordinários atrativos naturais da região, hoje o visitante pode apreciar manifestações folclóricas como o jarê (uma variante local do candomblé tradicional), o carnaval de Rio de Contas, a lamentação das almas durante a Semana Santa, a Festa do Divino, também em Rio de Contas, ternos de reis, marajudas, romarias e outras festas, e adquirir produtos artesanais, dentre os quais se destacam a renda-de-bilro, crochê e filé, artesanato de palha, madeira com metal, cerâmica e garrafinhas coloridas (elaboradas com areia de cores diversas), uma das principais criações da Chapada e comercializada em Lençóis.

Estes atrativos, digamos, adicionais contribuem para a consolidação das lógicas territoriais do turismo que envolveu o poder público e a iniciativa privada que tomou as rédeas desta lógica, impondo uma forma própria e peculiar, onde o local não é importante, e sim a necessidade de oferecer aquilo que o visitante/turista deseja.

Assim sendo, o turismo refaz a geografia na medida em que através de projetos e ações leva a produção do espaço turístico, conjugando três grupos de ações estratégicas que contemplam a articulação de recursos naturais, monumentos e núcleos históricos, espaços de uso potencial turísticos, infra-estruturação de estradas, aeroportos, e dos núcleos urbanos.

Considerações finais

Podemos concluir que os processos de (dês) e (re) territorialidade estão muito entrelaçados na Chapada Diamantina, onde num primeiro momento houve uma territorialização, na perspectiva de ocupação do território, abrindo no sertão áreas de pecuária, já que tal atividade no litoral, estava ‘prejudicando’ a agricultura que era de grande importância econômica. Neste processo de expansão se descobre os bens minerais que gerou um segundo processo de territorialização pela mineração, mas sem que houvesse ruptura no processo, que só veio acontecer com a decadência da atividade mineira, e que promoveu uma “des”. Posteriormente, com o advento dos impulsos do turismo, sofre a região uma “re” territorialidade. Assim, a Chapada Diamantina tem grande importância no

contexto internacional como área ainda muito preservada e possuidora de muitos atrativos, o que termina inserindo-a no circuito internacional e conseqüentemente na lógica territorial globalizada.

Portanto, a geodiversidade na região, serve como base para se entender como funciona a lógica territorial, onde as condições geológicas propiciaram a existência de diamante e ouro que levaram a ocupação da região e o surgimento das cidades, que depois seriam utilizados como atrativos juntamente com os recursos naturais, para uma nova fase de territorialização que viria dar novos contornos econômicos, promovendo o desenvolvimento local. Este desenvolvimento tem como base as políticas públicas (ou geopolíticas), principalmente estaduais que a partir da década de 1980 procurou incentivar o turismo como forma de resgatar a região da estagnação econômica.

Em síntese podemos afirmar que na área de estudo o turismo é o responsável pelas novas formas econômicas de ocupação do espaço, já que foi e está sendo o responsável por essa nova forma de territorialização, atraindo investimentos diversos que num primeiro momento vem causando o ‘crescimento’ da região. Entretanto não podemos deixar de afirmar que a mineração foi a responsável pelo desencadeamento do processo de ocupação que levou ao estágio atual de crescimento.

Com base no nosso nível de conhecimento atual, podemos considerar o turismo como a lógica dominante, ou podemos melhor dizer, primordial, mas que coexiste com a mineração, e mesmo sendo esta proibida, ainda persiste, graças à falta de fiscalização, e muito provavelmente devido à força do poder econômico, decorrente do novo ‘boom’ da mineração no mundo.

Referências

- BRITO, F.E.M. Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina. Salvador: Edufba, 2005.
- DELEUZE G.; GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.
- GOODCHILD, P. Deleuze and Guattari: Introduction to the politics of desire. Londres: Saga Publications, 1996.
- GUATTARI, F & ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- TEIXEIRA, C. Mineração na Bahia: ciclos históricos e panorama atual. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998. 208 p.: il.